Câmara da Nazaré reclama medidas de emergência para sector da pesca

Autarquia quer reunião de urgência com Governo devido à situação do sector das pescas, nomeadamente a sua sustentabilidade

■ A câmara da Nazaré vai pedir ao Governo medidas de emergência para garantir a sustentabilidade do sector da pesca, na sequência das queixas de pescadores e armadores locais que dizem não conseguir pagar as contribuições mensais.

A situação nas pescas levou a câmara a solicitar "com carácter de urgência" uma audiência ao ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares na sequência de uma proposta aprovada por unanimidade na última reunião do executivo municipal.

Segundo a proposta, devem ser adoptadas "medidas de emergência para garantir a sustentabilidade do sector, bem como o equilíbrio das condições económicas e sociais de armadores, pescadores, comerciantes e consumidores".

A autarquia afirma ainda que quer discutir com o Governo "várias matérias, tuteladas por diferentes ministérios" que "necessitam de uma reacção urgente da administração central". Segundo nota da câmara, em causa "está a nova fórmula de cálculo dos descontos para a Segurança Social por parte do sector das pescas", em vigor desde Janeiro, "os elevados preços praticados pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos

PESCADORES dizem que regime contributivo traduziu-se no "aumento das dificuldades para os pequenos empresários da pesca local e costeira

- nas rendas de armazéns, ao encalhe das embarcações para reparação e os descontos do pescado". O município quer explicações sobre "as taxas cobradas pela Autoridade Marítima sobre as vistorias e os custos com a informatização dos diários de bordo das embarcações".

A posição da autarquia decorre da posição da comunidade piscatória local segundo a qual "o novo regime contributivo se traduziu no aumento das dificuldades para os pequenos empresá-

rios da pesca local e costeira, que não têm condições para suportar os pagamentos mensais", pode ler-se na nota em que executivo recorda ter sugerido, já em Março, a adopção de "regimes alternativos" de contribuição para a Segurança Social.

Na ocasião, a câmara defendeu para o sector das pescas "um regime de previdência idêntico ao que vigorava antes, com incidência nos valores de pescado vendido em lota (DOCAPESCA) para os pequenos empresários

da pesca local e costeira" ou "um regime de previdência facultativo, enquadrado no sistema de descontos efectuados em lota, idêntico ao que vigorava anteriormente, de 10 por cento sobre o valor bruto vendido em lota".

Na proposta agora aprovada, e que deverá ser transmitida ao Governo, a câmara apela, ainda, à "necessidade de regulação dos preços da primeira venda do pescado em lota", que diz serem "baixos e colocarem em risco a continuação da actividade".

**NAZARÉ EXIGE
MEDIDAS DE
EMERGÊNCIA PARA
A PESCA**

AUTARQUIA

P9